

VOLUME MONOGRÁFICO COORDENADO POR CELSO ÁLVAREZ CÁCCAMO
LÍNGUA, DESIGUALDADE E FORMAS DE HEGEMONIA

[Texto de abertura] **Contra o capitalismo linguístico: perante a crise da língua na Galiza**

Celso Álvarez Cáccamo

A(s) política(s) linguística(s) galega(s) sob a lente da teoria crítica do reconhecimento

Arturo de Nieves Gutiérrez de Rubalcava

Falar em português para falar com as pessoas. Um estudo de caso

Cristina Sá Valentim

Papel do português em Timor-Leste

Regina Brito

Sexo, género, língua e literatura. Questões culturais de hegemonia

Helena Rebelo

Sexo e linguagem. Identidades em relevo em afixos superlativos: uma análise dos afixos *super-*, *-íssimo*, *-ésimo* e *-érrimo* nas colunas de esporte e sociedade do jornal *O povo online*

João Felipe Barbosa Borges

Consensos excludentes, autoritarismos informais, poderes comunicacionais

Vania Baldi

Índices da revista *Agália*. Números 65 a 100 (1º semestre de 2001 a 2º semestre de 2009)

Joel R. Gómez

Ficha de avaliação 2010-2011 (volumes 101-104)

AGÁLIA

REVISTA DE ESTUDOS NA CULTURA

número

104

2º semestre 2011

DIREÇÃO

Roberto López-Iglésias Samartim

Universidade da Corunha;
Galabra (Universidade de Santiago Compostela, USC)

M. Felisa Rodríguez Prado

Universidade de Santiago de Compostela, Galabra

SECRETARIA TÉCNICA (Adjunta à direção)

Cristina Martínez Tejero

Universidade de Santiago de Compostela, Galabra

CONSELHO DE REDAÇÃO

Antón Corbacho Quintela

Universidade Federal de Goiás; Galabra (USC)

Carlos Velasco Souto

Universidade da Corunha

Graziella Moraes Dias da Silva

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Luís García Soto

Universidade de Santiago de Compostela

M. Adriana Sousa Carvalho

Universidade de Cabo Verde

M. Carmen Villarino Pardo

Universidade de Santiago de Compostela, Galabra

M. Teresa López Fernández

Universidade da Corunha

Márcio Ricardo Coelho Muniz

Universidade Federal da Bahia

Maria das Dores Guerreiro

I.U. de Lisboa (CIES-ISCTE)

Mihai Iacob

Universitatea din Bucuresti

Pablo Gamallo Otero

Universidade de Santiago de Compostela

Rosa Verdugo Matés

Universidade de Santiago de Compostela

Vanda Anastácio

Universidade de Lisboa

Xerardo Pereiro Pérez

Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro

CONSELHO CIENTÍFICO

Álvaro Iriarte Sanromán (Universidade do Minho;
Galabra, USC)

António Firmino da Costa (I. U. de Lisboa, CIES-
-ISCTE)

Arturo Casas Vales (Universidade de Santiago de
Compostela)

Carlos Costa Assunção (Universidade Trás-os-Montes
e Alto Douro)

Carlos Garrido (Universidade de Vigo)

Carlos Taibo Arias (Universidad Autónoma de Madrid)

Celso Álvarez Cáccamo (Universidade da Corunha)

Francisco Salinas Portugal (Universidade da
Corunha)

Elias J. Torres Feijó (Universidade de Santiago de
Compostela, Galabra)

Gilda da Conceição Santos (Universidade Federal do
Rio de Janeiro; Real Gabinete Port. de Leitura)

Inocência Mata (Universidade de Lisboa)

Isabel Morán Cabanas (Universidade de Santiago de
Compostela)

José António Souto Cabo (Universidade de Santiago
de Compostela)

José Luís Rodríguez (Universidade de Santiago de
Compostela)

José-Martinho Montero Santalha (Universidade de
Vigo)

Júlio Barreto Rocha (Universidade Federal de
Rondônia)

Marcial Gondar Portasany (Universidade de
Santiago de Compostela)

Onésimo Teotónio de Almeida (Brown University)

Raul Antelo (Universidade Federal de Santa Catarina)

Teresa Cruz e Silva (Universidade Eduardo Mondlane)

Teresa Sousa de Almeida (Universidade Nova de
Lisboa)

Tobias Brandenberger (Universität Göttingen)

Yara Frateschi Vieira (Universidade Estadual de
Campinas)

AGÁLIA. REVISTA DE ESTUDOS NA CULTURA

ISSN: 1130-3557

DEPÓSITO LEGAL: C-250-1985 (versão papel)

EDITA: Associação Galega da Língua (AGAL)

URL: <http://www.agalia.net>

ENDEREÇO-ELETRÓNICO: revista@agalia.net

ENDEREÇO POSTAL: Rua Santa Clara nº 21

15704 Santiago de Compostela (Galiza)

PERIODICIDADE: Semestral (números em junho e dezembro)

ASSINATURA

(https://espaciosseguro.com/agalia/inscricao_agalia.html)

Versão eletrónica (2 números/ano): 20€

Versão impressa (2 números/ano):

<i>Estado Español</i>	20€ Sócios/as AGAL	30€ Não sócios/as
<i>Europa</i>	28€ Sócios/as AGAL	38€ Não sócios/as
<i>Resto do mundo</i>	31€ Sócios/as AGAL	41€ Não sócios/as

Contacto: agalia@agal-gz.org

Envio de originais: <http://www.agalia.net/envio.html>

Normas de Edição no fim do volume e em
<http://www.agalia.net/normas-de-edicao.html>

Indexada em:

CAPES (<http://www.capes.gov.br/>)

dialnet (<http://dialnet.unirioja.es>)

Desenho da capa: Carlos Quiroga

Impressão: Sacauntos, cooperativa gráfica (info@sacauntos.com)

Revisão de textos em inglês: Rosário Mascato Rey

SUMÁRIO

VOLUME MONOGRÁFICO COORDENADO POR CELSO ÁLVAREZ CÁCCAMO *LÍNGUA, DESIGUALDADE E FORMAS DE HEGEMONIA*

Nota da redação	5
[Texto de abertura] Contra o capitalismo linguístico: perante a crise da língua na Galiza	11
<i>Against Linguistic Capitalism: Facing the Language Crisis in Galiza</i> Celso Álvarez Cáccamo	
A(s) política(s) linguística(s) galega(s) sob a lente da teoria crítica do reconhecimento	29
<i>Galician Linguistic Policy/-ies under the Focus of the Critical Theory of Recognition</i> Arturo de Nieves Gutiérrez de Rubalcava	
Falar em português para falar com as pessoas. Um estudo de caso	55
<i>Speaking in Portuguese to Talk to People. A Case Study</i> Cristina Sá Valentim	
Papel do português em Timor-Leste	79
<i>The Role of Portuguese in Timor-Leste</i> Regina Brito	
Reflexões em torno de sexo, género, língua e literatura. Questões culturais de hegemonia	101
<i>Reflections about Sex, Gender, Language, and Literature. Cultural Issues of Hegemony</i> Helena Rebelo	

Sexo e linguagem. Identidades em relevo em afixos superlativos: uma análise dos afixos <i>super-</i>, <i>-íssimo</i>, <i>-ésimo</i> e <i>-érrimo</i> nas colunas de esporte e sociedade do jornal <i>O povo online</i> <i>Language and Sex. Highlighting Identities Through in Superlative Affixes: an Analysis of Affixes Super-, -Íssimo, -Ésimo and -Érrimo in Sports and Society Columns of the O Povo Online Newspaper</i> João Felipe Barbosa Borges	123
Consensos excludentes, autoritarismos informais, poderes comunicacionais <i>Consensus of Exclusion, Informal Authoritarisms and Communicational Powers</i> Vania Baldi	141
Índices da revista <i>Agália</i>. Números 65 a 100 (1º semestre de 2001 a 2º semestre de 2009) Joel R. Gómez	155
Ficha de avaliação 2010-2011 (volumes 101-104)	279

Reflexões em torno de sexo, género, língua e literatura Questões culturais de hegemonia

Helena Rebelo

Universidade da Madeira

Centro de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro

Resumo

As reflexões sobre a relação entre determinada sociedade, com certa visão cultural predominante, e a língua desta são já antigas. Contudo, ainda na actualidade, há questões que subsistem, como as manifestadas pela oposição entre “feminino” e “masculino” para a definição da identidade individual. Prendem-se com as perspectivas culturais que uma sociedade lança sobre o mundo, isto é, a realidade extra-linguística, implicando a distinção entre “sexo” e “género” ou a sua coincidência. Realça-se a opção preferencial da cultura ocidental da contemporaneidade pelo “género” e trata-se, aqui, de propor uma abordagem ao assunto, fundamentada numa exemplificação recente, sobretudo com base na Língua Portuguesa.

Palavras chave: identidade — sexo — género — realidade — cultura — língua — literatura.

Reflections about Sex, Gender, Language, and Literature. Cultural Issues of Hegemony

Abstract

The reflections on the relationship between a given society with some dominant cultural view, and its language are old. However, even today some questions remain, as manifested by the opposition between “feminine” and “masculine” regarding the definition of individual identity. These issues are related to the cultural perspectives that a society projects outwardly to the world, i.e., the extra-linguistic reality, involving a distinction between “sex” and “gender” or its coincidence. The preferred choice of contemporary Western culture is the use of the term “gender” and here is our proposal on how to approach the subject, based on current examples, mainly in Portuguese.

Key words: Identity — Sex — Gender — Reality — Culture — Language — Literature.

Receção: 06-10-2011 | Admissão: 18-06-2012 | Publicação: 31-03-2013

REBELO, Helena: “Reflexões em torno de sexo, género, língua e literatura. Questões culturais de hegemonia”. Celso ÁLVAREZ CÁCCAMO (coord.). *Língua, desigualdade e formas de hegemonia*. Monográfico em *Agália. Revista de Estudos na Cultura*. 104 (2011): 101-121.

1. Abordagem geral

Expressarão as palavras todas as realidades de uma sociedade? Terão as línguas vi-vas maneira de dizer todas — sem excepção — as vivências culturais dos indivíduos em sociedade e a perspectiva que delas têm, sobretudo as ligadas a novas circunstâncias, num mundo em constante mudança, onde as mentalidades e os comportamentos se vão alterando? Parece que não, sendo indispensável estar constantemente a “criar” novos vocábulos e a afectar a língua com essa tendência. Poderá haver línguas onde este fenómeno não suceda? Há quem o creia. Para dar um exemplo, na sessão de abertura do X Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas, o Reitor da Universidade de Cabo Verde, Professor Doutor Paulino Lima Fortes, retomando uma posição de Amílcar Cabral, na sua conferência intitulada “A Língua Portuguesa e o ensino das Ciências Fundamentais”, defendeu o uso do Português, em detrimento do Crioulo cabo-verdiano, para a precisão da linguagem científica de áreas como a Matemática, já que o Crioulo não teria modo de expressar directamente as realidades científicas.

É sabido que Sapir e Whorf, não sendo os únicos¹, reflectiram sobre estes assuntos. Afirmou Edward Sapir (2001: 265), relativamente à “criação linguística” baseada na experiência cultural (itálicos nossos):

Il va sans dire que le contenu du langage est, lui, étroitement lié aux mœurs et à la culture: une société qui ignorerait la théosophie n'aurait pas à lui donner de nom: des indigènes qui n'avaient jamais vu de cheval furent obligés d'inventer ou d'emprunter un mot pour désigner cet animal, lorsqu'ils l'eurent rencontré; le vocabulaire reflète plus ou moins fidèlement les mœurs dont il sert les fins et à ce point de vue, il est vrai que l'histoire du langage et celle des mœurs suivent des lignes parallèles. Mais ce parallélisme est superficiel; il n'offre pas d'intérêt réel pour le linguiste, sauf en ce qui concerne la naissance ou l'emprunt de mots nouveaux qui éclaireront les tendances du langage.

1. Vários são os autores que, desde Platão e Aristóteles, se dedicaram a reflexões sobre as “coisas” e “os nomes” delas ou a linguagem em geral. Vejam-se, por exemplo, Michel Foucault (1966) ou Jacques Derrida (1972). Aliás, a Filosofia da Linguagem, que teve um incremento acentuado a partir de finais do século XIX, equacionou, frequentemente, esta temática.

Assim, partindo da ideia que “o vocabulário reflecte mais ou menos fielmente os costumes cujos fins serve” e considerando a relação cultura — língua, haverá que ter em conta o pólo da realidade, o mundo extra-linguístico em si, para considerar uma relação tripartida: realidade — cultura — língua, já que a língua se reporta à realidade pelo intermédio de determinada concepção cultural, serve para a nomear, e não só, a realidade conforme a cultura a concebe². Portanto, uma língua, enquanto produto cultural e social, apesar da “criação linguística”, dos neologismos e dos empréstimos, parece, por vezes, não ter recursos para designar, referir ou nomear vivências sociais e culturais, sobretudo as mais raras, porque não as considera pertinentes. A solução surge quando alguém (com frequência o falante comum, mas também uma personalidade especializada numa área do conhecimento) apresenta uma proposta terminológica que a comunidade linguística aceita, reproduzindo-a. É deste modo com, por exemplo, as novas tecnologias, não sexuais, às quais é atribuído um género: “a internet”, “o zapping”, “a pen USB”, “o pc” (“personal computer”), “o ipod”, “o ipad”. Um exemplo de dualidade de género é o de “SMS” que é comumente empregue no masculino “o SMS”, mas havendo quem insista em usá-lo no feminino “a SMS”, devido à noção de “mensagem”. Muitos destes novos termos perpassam as fronteiras das comunidades linguísticas, acabando como designações internacionais, no mundo aparentemente globalizado do século XXI, marcado por uma forte influência anglo-saxónica nas diversas línguas.

A questão da criação de palavras também sucede a nível do estatuto social que interfere com a identificação e a classificação dos indivíduos. Por exemplo, em Português, nas formas de tratamento contam, acima de tudo, dois factores: “estatuto social” e “idade”. Dizer a *Menina x* ou a *Dona y* evidencia a maturidade da segunda contra a imaturidade da primeira, reconhecendo-se às duas um

2. Pela negativa, pode ser exemplo disso uma recente entrevista conduzida pela mais famosa mulher dos meios de comunicação, Oprah Winfrey, a um médico norte-americano a quem assassinaram, barbaramente, a mulher e as filhas. Ele explicava, desolado, o seguinte: há uma palavra para dizer que se “ficou sem a mulher” (“widowed” — “viúvo”) e há outra para “o filho que ficou sem os pais” (“orphan” — “órfão”), mas não há nenhuma para dizer que “os pais ficaram sem os filhos” por morte prematura destes. A entrevistadora retorquiu que não havia nenhum termo para esse caso porque não era natural, não correspondia à lei da vida, não sendo, culturalmente, esperado, mesmo se tendencialmente frequente.

estatuto social médio-alto. A propósito, os graus e os títulos, incluindo os honoríficos, (*Dr., Eng., Prof., Senhor Comendador*, etc.) são, na sociedade e na cultura portuguesas, importantes, arranjando-se maneira de tratar, com deferência, alguém, mesmo quem não tenha qualquer título ou grau. Parece ser o caso do “Dona” usado habitualmente em relação às mulheres em substituição de “Senhora”, e que não tem equivalente no masculino para a forma de tratar os homens, identificados apenas por “Senhor”. Tradicionalmente, “Dom” e “Dona” empregavam-se, respectivamente, para os reis e as rainhas. No clero, os bispos ainda hoje recebem o tratamento de “Dom”. Não há assim tantos anos, as mulheres não tinham acesso ao ensino superior. Portanto, podiam ter títulos, nomeadamente de nobreza (*Marquesa, Condessa, Duquesa*, etc.), mesmo se a maioria não tinha graus académicos (*D.^{ra}, Eng.^a, Prof.^a*). Poderia acontecer que algumas tivessem bens económicos e “arranjou-se” uma forma de tratamento, que se alastrou, associando “Senhora” (forma comum) e “Dona” (forma deferencial), por decalque com as formas de tratamento binárias habituais, nas quais se associa o título ou grau a “Senhor”/“Senhora”: *Senhor Doutor, Senhor Engenheiro, Senhora Marquesa, Senhora Professora*. Portanto, é um uso comum e repetido dizer-se “Senhora Dona” como forma de tratamento para qualquer mulher de certa idade ou com algum poder económico. Muitas vezes, na oralidade, podemos dizer apenas “Dona”. Porém, se no registo oral é habitual, na escrita, sobretudo a formal, como uma missiva, não deveria ter qualquer relevância por não acrescentar nada, nem ser pertinente. Ao usá-la, está a passar-se para a escrita um uso oral frequente. Pelas razões apresentadas, “Ex.^{ma} Senhora” é suficiente para uma mulher que não tem nem grau académico, nem título, como acontece para um homem com “Ex.^{mo} Senhor”, já que ninguém diz ou escreve a um destinatário “o Senhor Dom António Pereira”, excepto se descendente da realeza ou se bispo, embora se empregue “a Senhora Dona Antónia Silva”. O sexo do interlocutor será, assim, um outro factor a ter em conta nas formas de tratamento em Português Europeu e na comunicação em geral. Nomear-se a si e fazê-lo relativamente ao(s) outro(s) corresponderá à necessidade da identificação da pessoa. Que importância têm aí os factores sexo e género?

2. Sexo, género e língua

Em França, o início do ano escolar de 2011-2012 fica marcado por uma polémica com manuais escolares destinados a adolescentes da área da Biologia e das Ciências Naturais, onde é retomada a teoria americana do género³, datada dos anos 70 do século XX. A influência cultural anglo-saxónica é constante e manifesta-se em diversos níveis, indo desde a alimentação aos comportamentos. É aqui o caso com a preferência pelo termo “género” em detrimento de “sexo”. Esta teoria considera que os seres humanos não nascem homem ou mulher, mas que, por meio de uma escolha, na sua vivência, o passam a ser. A diferença não se basearia nos aspectos biológicos, mas nos papéis sociais e culturais, como o vira Simone de Beauvoir⁴. Surgiram, imediatamente, opositores a esta matéria, considerando inegáveis as diferenças físicas, sexuais, entre homens e mulheres, de modo que estava lançado o debate. Partindo desta polémica que põe em confronto duas visões culturais da realidade extra-linguística, haverá, portanto,

3. A propósito de teorias, refere-se aqui, embora não se pretenda nenhuma revisão bibliográfica ou um enquadramento teórico, a teoria Queer. Nasceu nos Estados Unidos da América, pelos anos 80 do século XX. Fundamentando-se na obra de Michel Foucault e partindo de trabalhos sobre a homossexualidade e o feminismo, revê a ideia clássica de “género”. Expande a reflexão para abranger todos os tipos de actividade sexual e de identidade classificados como “normativos” ou “desviantes”. Tem em conta que, em sociedade, há diversas formas de desempenhar os papéis sexuais e ultrapassa o conceito de “género” baseado na distinção “heterossexual” (normal — *straight*) / “desviante” (anómalo — *queer*). Considera a orientação e a identidade sexuais dos indivíduos como resultado de uma construção social e defende que não existem papéis sexuais biologicamente definidos.

Quanto a uma visão futura da teoria *queer*, o artigo de Michael O’Rourke “Que há de tão *queer* na teoria *queer* por-vir?”, seguindo o trabalho de Jacques Derrida, é elucidativo e, nele, há algumas referências pontuais a questões linguísticas, nomeadamente a seguinte: “Uns estudos *queer* de tipo fraco, vadio e incondicionalmente hospitaleiro seriam de molde a franquear as suas fronteiras e a tornar-se porosos (algo que obviamente implicaria uma abertura a outras línguas e uma crítica da soberania de seja que língua for, e concretamente do inglês como *lingua franca* dos estudos *queer*), abrindo-se inclusivamente, como poderia sugerir Butler, à possibilidade de “talvez um dia abandonar essa herança — esse património — que é o nome, que é mudar os nomes” (2006: 89).

4. É famosa a expressão de Simone de Beauvoir (1976b): “On ne nait pas femme: on le devient”. Seria interessante abordar a questão do Feminismo e a linguagem, mas não se tratará aqui por não ser o objectivo deste texto, nem, tão-pouco, se abordará a visão de Jacques Derrida ou as reacções que suscitou sobre esse aspecto.

que operar uma distinção entre “sexo” (realidade extra-linguística e anatómica: órgão sexual masculino ou feminino) e “género” (concepção social e cultural: carácter de feminilidade e masculinidade, ou classificação linguística, gramatical, masculino e feminino). Este episódio francês acaba por manter actual a questão da relação entre estes dois termos, “sexo” e “género”, ou seja, a das relações entre realidade, cultura e determinada língua.

Sem haver qualquer intenção de defesa de uma ou outra concepção do mundo, clarifica-se que o principal objectivo, aqui, não é tanto o de apresentar soluções para as questões teóricas sobre a relação entre língua e sociedade ou sociedade e língua, consoante a perspectiva, mas mais centrar a temática do “género” numa abordagem geral da actualidade, contribuindo para o enriquecimento da discussão em torno da identidade e da convicção que as línguas são assexuadas. Portanto, o objectivo geral deste trabalho é o de alargar a reflexão sobre a temática em apreço através de exemplos actuais. Parte-se, assim, da ideia central que uma dada língua não será machista ou feminista, nem, em último caso, a realidade extra-linguística, mas sê-lo-ão as perspectivas culturais das sociedades e estas acabarão por se reflectir nas línguas, já que, retomando a citação de Sapir *supra*, “o vocabulário reflecte mais ou menos fielmente os costumes cujos fins serve”.

No que se prende com a temática da identidade individual, e apenas neste ponto, deve, ou não, distinguir-se a noção de “sexo” da de “género”? Serão sinónimas ou terão, obrigatoriamente, de se diferenciarem? Se são equivalentes, sê-lo-ão em todas as situações de comunicação, na Língua Portuguesa actual? Se são noções diferentes, o que as distingue? Provavelmente, variarão consoante os pontos de vista. É o mesmo que perguntar o que identifica o indivíduo. Em Português, nas burocracias de identificação individual, é recente o *cartão do cidadão* (Porquê a opção “do cidadão”? O masculino, corresponderá ao género gramatical não marcado, mas não deixa de assinalar uma opção.). Veio substituir o “velhinho” *bilhete de identidade* (expressão bem mais neutra e imparcial). Pretendia-se uma simplificação das burocracias relativas à identificação das pessoas, condensando a informação considerada relevante e, nela, continua a figurar o “sexo” do indivíduo, havendo duas opções: “sexo masculino” ou “sexo feminino”. Tanto no documento mais antigo como no mais recente surge a

mesma fórmula que, aliás, reaparece em todos os impressos que implicam a identificação dos sujeitos. Na idêntica burocracia oficial, em Inglês, quando se preenche um formulário, surgirá, pelos documentos a que se teve acesso, a questão “gender: male / female”. Em Francês, aparecerá, como em Português, a designação de “sexe: masculin / féminin”. A opção lexical inglesa distinguir-se-á, portanto, da portuguesa e da francesa, já que, enquanto aquela língua prefere “género”, estas optam por “sexo”. Realçando os usos diferenciados, Marina Yaguello (2000) tratou, com bastante clareza⁵, da distinta distribuição dos termos franceses e ingleses: “genre” — “gender”, “sexe” — “sex”, “mâle” — “male”, “femelle” — “female”, “masculin” — “masculin” e “féminin” — “feminine”.

Relativamente à Língua Portuguesa, na identificação das pessoas, não aparece a palavra “género” a substituir “sexo”, mas a situação estará, provavelmente, a alterar-se, podendo vir a ocorrer uma mudança lexical a este nível, já que, culturalmente, está em curso, assim como noutros países, sobretudo ocidentais, a legalização de uma visão sexual liberal com a progressiva ascensão político-económica das mulheres e a afirmação dos homossexuais. A alteração parece estar em curso, nas culturas ocidentais, motivada pela crescente hegemonia do género, isto é, da opção individual por determinado papel sexual como o preconiza a teoria do género. Poderá vir a reflectir-se nos documentos de identificação franceses e portugueses? Será, porventura, uma questão de tempo, já que o objectivo se prende com a primeira (ou primária) identificação do indivíduo.

No aspecto da identificação sexual, encontrou-se um caso extremo, na imprensa internacional. Um transexual reivindicava a possibilidade de não figurar no bilhete de identificação dele qualquer referência a sexo ou a género. Não pretendia ser nem masculino, nem feminino. A escolha do seu nome era a de uma designação neutra, excluindo qualquer feminilidade ou masculinidade. O nome, em última instância a língua, tem, na identificação individual, após o reconhecimento do órgão genital, o sexo, uma substancial relevância. A língua recebe, também aqui, uma clara influência cultural e determina a identificação do

5. “Dans le cas de termes hérités du latin, le français et l’anglais présentent des évolutions distinctes si bien que malgré la parenté du lexique qui renvoie aux notions qui nous intéressent ici — genre, sexe, féminin, masculin, mâle, femelle — la répartition sémantique, les relations tant de synonymie que de polysémie sont largement différentes” (Yaguello, 2000: 443).

sexo através do género do nome, embora haja nomes que causem alguma dúvida. Contudo, *José Maria* é um nome para um indivíduo do sexo masculino e *Maria José* é-o para um de sexo feminino. Porém, um como *Jesus Maria* pode ser atribuído quer a uma pessoa de sexo masculino, quer a outra de sexo feminino. A questão da identidade através do sexo e do género no caso dos nomes próprios portugueses mereceria um estudo aprofundado.

Em Portugal, onde a cirurgia reconstitutiva é, legalmente, permitida, um transexual pretenderá ver reconhecido o género que escolheu e o sexo resultante da cirurgia através de um “novo” nome nos documentos de identificação. Aliás, frequentemente, há quem adopte um nome sem o oficializar e sem passar pela cirurgia, mas reflectindo-o na aparência feminina ou masculina que deseja ter. Assim, a sociedade exige para a identificação individual uma correspondência entre sexo, género, nome e aparência visual. Só a adequação permitirá a identificação das pessoas. É evidente que as palavras assumem, assim, uma importância relevante no reconhecimento da identidade pessoal, possibilitando a sua alteração em qualquer altura. A identidade é também linguística.

Ainda nas mudanças em curso, a nível da opção pelo género, José António Saraiva, em, pelo menos, duas crónicas de 2011⁶, manifestando-se contra o “casamento homossexual” (expressão que contesta), colocava a questão das designações, dos nomes, a atribuir aos elementos de um casal “gay”. Este termo é também ele uma clara influência anglo-saxónica, pretendendo operar uma distinção entre “homossexual” (termo mais geral) e “gay” (termo mais restrito: homossexual masculino que contrasta com “lésbico” para homossexual feminino). Escreveu José António Saraiva (2011a):

Nesta altura do texto o leitor já percebeu uma dificuldade semântica com que me tenho defrontado neste texto: não havendo neste “casal” um marido e uma mulher, poderá falar-se em dois maridos?

[...] Confesso que, até ao dia de escrever este texto, não me tinha debruçado sobre o modo como deverão tratar-se os dois membros de um “casal” homossexual. Será correcto falar de “dois maridos” ou de “duas esposas”?

6. “Dois maridos” e “Uma polícia do pensamento”, publicadas no semanário *Sol*.

Sem querer entrar na polémica, mas equacionando apenas o aspecto da designação, o da nomeação, o uso da língua, o assunto parece pertinente e coloca-se, nomeadamente, na designação dos papéis, se houver filhos. Interessará saber que nomes atribuirão os filhos aos dois elementos de um casal homossexual. A opção parece seguir a repetição, o mais comum será “pai” — “pai”, num casal “gay” e “mãe” — “mãe”, num de lésbicas, fazendo coincidir sexo e língua, independentemente dos papéis que assumirão no casal do género que escolheram. Esta situação, recentemente legal em Portugal, mas já vincada noutros países, evidencia que poderá surgir, neste campo, uma nova terminologia, sendo certo que, na comunicação quotidiana, por exemplo, os nomes próprios evitarão mal-entendidos que poderão surgir pelo uso do mesmo termo (“pai”/ “pai” ou “mãe”/ “mãe”) com dois referentes distintos, mas próximos. Não será por acaso que tem crescido a opção linguística para o termo “progenitores” em substituição de “pai e mãe” na sociedade em geral. Em parte, este vocábulo evidenciará a neutralidade e a anulação da diferenciação sexual e de género existente entre “pai” e “mãe”.

Portanto, será comum a diferença entre sexo e género, embora predomine, quanto à identidade, o termo “sexo”, o que estará, todavia, a mudar, pela preferência das sociedades actuais pelo termo “género”, numa clara influência das teorias do género e da libertação cultural de determinados grupos sociais. As questões linguísticas que o binómio sexo — género levanta continuam na ordem do dia. Talvez fosse importante circunscrever, semanticamente, os conceitos, através das entradas de dicionário, para poder tratar a questão com desprendimento, estando ciente que estas definições também mudam e são, elas também, condicionadas pela visão cultural do mundo de quem concebe este tipo de material linguístico. Assim, numa consulta rápida ao *Dicionário Eletrónico Houaiss da Língua Portuguesa*, ocorrem, como se verifica na tabela 1, diversas definições, sendo as duas noções distintas. A de “género” é mais antiga (datada do século XV) do que a de “sexo” (primeira datação do século XVI). Aquela possui mais acepções que esta. Consequentemente, “género” é um conceito mais rico de sentidos, cuja polissemia o torna de mais difícil delimitação do que o conceito de “sexo” que se circunscreve ao aspecto físico, o que é bastante reduzidor, mas também mais preciso.

SEXO (datação de 1572)

• substantivo masculino

1. no Homem, conformação física, orgânica, celular, particular que permite distinguir o homem e a mulher [sic], atribuindo-lhes um papel específico na reprodução.

2. nos animais, conjunto das características corporais que diferenciam, numa espécie, os machos e as fêmeas e que lhes permitem reproduzir-se.

3. nos vegetais, conjunto de características que distinguem os órgãos reprodutivos femininos e masculinos.

4. conjunto das pessoas que pertencem ao mesmo sexo.

5. Derivação: por extensão de sentido.

sensualidade, lubricidade, volúpia, sexualidade.

6. Regionalismo: Brasil.

os órgãos sexuais externos

Ex.: protegia-lhe o s. uma estreita tira de pano.

GÊNERO (datação do século XV)

• substantivo masculino

1. conceito geral que engloba todas as propriedades comuns que caracterizam um dado grupo ou classe de seres ou de objetos.

2. Derivação: por extensão de sentido.

conjunto de seres ou objetos que possuem a mesma origem ou que se acham ligados pela similitude de uma ou mais particularidades.

2.1. Derivação: por extensão de sentido.

tipo, classe, espécie; estilo.

Ex.: <na festa havia todo o g. de gente> <não usa esse g. de roupa>

3. Rubrica: biologia.

categoria taxonômica que agrupa espécies relacionadas filogeneticamente, distinguíveis das outras por diferenças marcantes, e que é a principal subdivisão das famílias.

4. Rubrica: artes plásticas [sic].

cada uma das categorias em que são classificadas as obras artísticas, segundo o estilo e a técnica us.

Ex.: g. Surrealista

5. Rubrica: literatura.

em teoria literária, cada uma das divisões que englobam obras literárias de características similares [Inicialmente tripartite e já objeto de estudo de Platão e Aristóteles, é com o Romantismo que os estudos sobre os gêneros alcançam maior divulgação, sendo tb. divididos em três: lírico, épico e dramático; no entanto, o problema da classificação dos gêneros permanece com o aparecimento, p.ex., da narrativa, atualmente considerada como um gênero proveniente, segundo alguns, do desenvolvimento do gênero épico].

6. estilo próprio de um artista ou escritor.

Ex.: sua pintura lembra o g. de Matisse.

7. Rubrica: geometria analítica.

diferença entre o número máximo de pontos duplos que uma curva unicursal pode ter e o número dos que ela realmente possui; deficiência.

SEXO (datação de 1572)**GÉNERO (datação do século XV)****8. Rubrica: geometria analítica.**

metade do número de cortes que devem ser feitos em uma superfície para que ela se torne simplesmente conexa.

9. Rubrica: gramática, lingüística.

categoria das línguas que distingue classes de palavras a partir de contrastes como masculino/ feminino/ neutro, animado/ inanimado, contável/ não contável etc.; nas línguas, a distribuição das palavras nessas classes pode coincidir em parte com uma distinção semântica, como, p.ex., a distinção de sexos, pela qual a classe de palavras designando machos é gramaticalmente masculina, e a classe de palavras designando fêmeas é gramaticalmente feminina (p.ex.: cavalo e égua); mas as palavras podem tb. entrar numa ou noutra classe gramatical por critérios convencionais, como se vê, p.ex., em garfo (masculino) e faca (feminino), onde não é pertinente a distinção natural entre os sexos.

10. Rubrica: lógica.

no aristotelismo, qualquer classe de indivíduos com propriedades em comum, passível de subdivisão em classes mais restritas, as espécies [A relação aristotélica entre género e espécie está na origem da taxonomia científica moderna].

11. Rubrica: música.

na teoria grega antiga, a maneira de distribuir os intervalos dentro de um tetracorde.

12. Rubrica: retórica.

divisão e classificação dos discursos segundo os fins que se tem em vista e os meios empregados.

- gêneros
- substantivo masculino plural

13. mercadorias, produtos, esp. agrícolas e comestíveis; víveres.

Tabela 1. Aceções de “sexo” e “género” segundo o *Houaiss Electrónico*

Há um ponto de intercepção — o sentido 9 de “género”, relativo à linguística e à gramática — entre os dois conceitos, que, à partida, não deveriam ser entendidos como sinónimos, o que se depreende das definições expostas. Essa questão foi já abordada (p. ex. Rebelo, 2000). Contudo, são-no cada vez mais. Por exemplo, dizer “presidente” para uma mulher que exerce o cargo é assinalar a diferença entre “sexo” e “género”, já que o vocábulo em si não permite saber se se trata de um homem ou de uma mulher a exercer o cargo, sendo essa informação linguisticamente veiculada apenas pelos determinantes, nomeadamente os artigos definidos ou os possessivos: p.ex. “a nossa presidente” e “o nosso presidente”. Contudo, parece que, tal como para os homossexuais, o poder que as mulheres vão conquistando a nível social se tem de traduzir a nível linguístico, havendo necessidade de manifestar, na língua, o sexo do referente extra-linguístico. É o que se deduz de quem prefere dizer “presidenta” em vez de “presidente” (p. ex. Rebelo, 2011) ou outros substantivos semelhantes, como “estudenta” (reaparecendo cada vez com mais frequência). A língua é quase obrigada a reflectir as visões culturais do mundo que se vão impondo, indiciando a hegemonia de determinadas culturas, que dão realce ao género. O feminino e o masculino dos termos ou a sua anulação, com opção pelo neutro, estão a impor-se à língua através das escolhas dos falantes ou de grupos destes. A língua parece viver numa tensão constante para a afirmação identitária dos indivíduos que forçam a representação linguística.

A questão centrar-se-á, como se pode ver na figura 1, na relação entre três pólos, a saber: a) o do mundo empírico, ou seja, o da realidade extra-linguística comum a todo o ser humano (a própria realidade da Biologia, e para retomar o *Houaiss*, com características presentes nos “Homens”, nos “animais” e nos “vegetais”), b) a perspectiva cultural, relativa a uma vivência em sociedade, podendo não ser única, já que haverá uma predominante e outras minoritárias e c) a língua, específica de uma sociedade, uma comunidade em mutação constante, e influenciada por ela, nomeadamente, neste caso, o Português.

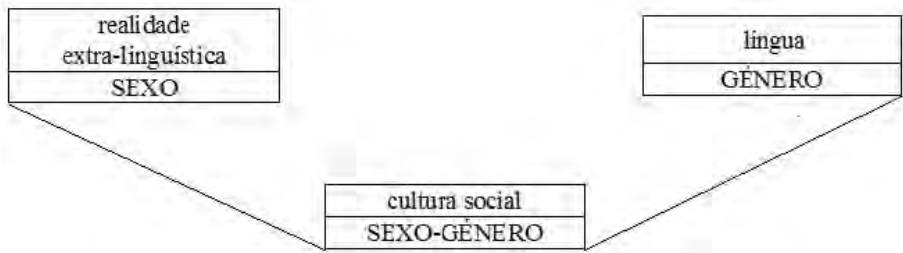


Figura 1. Três planos (realidade / cultura / língua) e as suas inter-relações

Relativamente à identificação e classificação dos seres vivos, fala-se em “sexo”, enquanto, numa língua como o Português, os elementos linguísticos, gramaticais, que a constituem se identificam e classificam através do “género”. À partida, uma língua não é machista ou feminista. No entanto, há quem a possa acusar de tal. Aliás, a própria realidade extra-linguística também não o será, embora a leitura da Natureza o possa ser. A predominância do sexo ou do género, do masculino ou do feminino, figura no plano cultural, já que a perspectiva de uma determinada sociedade sobre a realidade é que vai assumir ser machista ou feminista e transportará essa visão do mundo para a língua, enquanto produto social e cultural. As noções de “sexo” e “género” tendem, assim, a convergir no plano cultural. A realidade não se nomeia a ela própria, nem a língua o faz por si, precisando, para o efeito, do falante com determinada visão cultural para se reportar à realidade. Pelo intermédio da cultura, na relação indirecta entre a realidade e a língua, esta vai reflectindo as visões culturais predominantes. A posição de José António Saraiva é exemplo disto, uma vez que discorda do termo “casamento” em “casamento homossexual”. A problemática em torno do termo “casamento”, neste tipo de ligação, suscitou considerável controvérsia. Houve quem considerasse que o termo não seria apropriado e quem defendesse que o seria. Parecendo, superficialmente, tratar-se de uma problemática semântica e terminológica, verifica-se que é, no fundo, um assunto de índole cultural que foi transposto para a esfera da língua. Contudo, subserviente à cultura dominante, a língua aceitaria um novo termo ou guardaria o de “casamento”. As visões ideológicas e culturais do mundo que se confrontam fazem prevalecer, na

língua, a cosmovisão que domina em determinado momento. Compreender esta flexibilidade da língua leva para o mundo literário que vive dela, mas onde também aí é dominada pelas visões do mundo dos sujeitos.

3. Sexo, género, língua e literatura

A literatura⁷, enquanto mundo potenciador de vivências distintas das da realidade empírica, oferece-se como ambiente propício para alargar esta reflexão. Representando um mundo ficcional, por vezes muito próximo do real, permite esclarecer o binómio sexo — género. A título meramente exemplificativo, apresenta-se uma crónica de Manuel António Pina⁸, intitulada “Ectoplasmas! Anal-fabetos! Cretinos dos Andes!”. Nela, é clara a ideia que a própria criação literária se encontra marcada pela cultura da época em que é produzida, estando crivada de juízos sociais e culturais circunscritos por determinadas balizas temporais. Nesta crónica jornalística, refere-se o premiado escritor à reescrita de *Tintin no Congo*. Afirma Manuel António Pina (2009: 82) relativamente à produção do criador de Tintin (negritos nossos):

Hergé redesenhou e reescreveu muitos dos seus álbuns, principalmente os primeiros. Assim aconteceu com a versão a cores de 1946 de *Tintin no Congo* (o seu segundo álbum, editado em 1931, depois de *Tintin no País dos Sovietes*), que **foi completamente redesenhada, bem como expurgada de muitos dos preconceitos culturais da edição original**. O próprio reconheceria que, como *Tintin no País dos Sovietes*, *Tintin no Congo* **“estava cheio dos preconceitos do meio em que eu vivia em 1930”, insistindo para que a obra fosse lida “no seu contexto histórico”**.

Só que as brigadas policíacas do politicamente correcto não são dadas à História e, sobretudo, confiam pouco na inteligência crítica dos leitores.

7. Em Beauvoir (1976a: 321), a literatura também aparece como exemplificação da sua reflexão, sendo apresentados alguns escritores em cujas obras perpassa o “mito feminino”: “L’attitude à l’égard de la femme de Montherlant, D. H. Laurence, Claudel, Breton, Stendhal nous ont entre autres parus typiques”.

8. Foi galardoado em 2011 com o prémio Camões.

Há dois anos, a **British Commission on Racial Equality** tentou que **Tintin no Congo fosse proibido na Grã-Bretanha** e, recentemente, **em Bruxelas, um indivíduo ameaçou proceder judicialmente contra os gestores dos direitos de Hergé por ser uma obra “colonialista”** (só quem nunca leu *O Lótus Azul* poderia acusar Tintin de “colonialista”). Agora, **em Nova Iorque, a Biblioteca de Brooklyn, pressionada, decidiu pura e simplesmente, retirar Tintin no Congo das prateleiras.**

Este caso realça (o que é evidente e sabido) que a visão cultural do autor marca a sua ficção literária e reflecte-se na língua que usa para a sua criação, estando influenciado pela sociedade em que vive. No caso de Hergé, as diversas visões culturais, a da criação e a da recepção, considerando o fosso entre elas pelo espaço temporal que as media, desencadeiam a necessidade da reescrita para adaptar o mundo ficcional à cultura dominante. É quase impensável pedir a reescrita de obras-primas da literatura mundial por estas não se coadunarem com as vivências culturais que vão mudando, num mundo liberal onde as minorias ganham poder com o reconhecimento da sua força. Porém, foi aqui o caso e, vendo bem, parece ser o que vai acontecendo com a língua. É pressionada a adequar-se às culturas das hegemonias sociais. Vai recebendo novos vocábulos, mesmo se, gramaticalmente, existe já um termo, como acontece, por exemplo, com “presidenta” que pretende substituir “presidente”.

Quanto à sexualidade e à identidade, o meio literário possui bastantes exemplos em que a identidade sexual é camuflada através do género linguístico, pela influência de determinada visão cultural e social. Como se sabe, não foi por acaso que Georges Sand optou pelo nome masculino “Georges” para afirmar o seu trabalho literário sob esse pseudónimo, já que viveu numa sociedade em que, às mulheres, não eram reconhecidos determinados comportamentos. Teve, assim, necessidade de esconder o seu sexo, operando a diferenciação entre sexo e género e escolhendo para o pseudónimo literário o género masculino com o nome próprio masculino “Georges”, sem renegar o seu sexo.

A literatura, também ela um produto cultural, embora ficcional, representa um plano onde se pode colocar, tal como na língua, a questão da identidade individual. Assim, é importante ter em conta a relação da literatura com a

língua que a torna possível. Porventura, com a literatura, será mais fácil entender a diferença entre gênero e sexo com a tendência crescente para a valorização de gênero em detrimento de sexo, ou seja, o aspecto cultural em vez do real, do biológico. O mundo de criação que representa a literatura permite jogos de identidade, nos quais a camuflagem do “eu” do autor acontece, normalmente, desde a primeira página até a última, assumindo o “eu” de diversas individualidades, os “eus” das personagens e mesmo o do narrador. No entanto, isso pode não acontecer, como, por exemplo, em *A tia Julia e o escrevedor* de Mario Vargas Llosa. Neste livro de cariz autobiográfico, a identidade do autor coincide com a do narrador, simultaneamente, personagem principal, ponto central do que é dito e que se liga tanto à tia Julia como ao escrevedor. O discurso da personagem feminina central, tia Julia, é reduzido e é perspectivado pelo olhar do narrador que o reproduz.

O escritor português, recentemente falecido, João Aguiar, respondendo a uma questão colocada num encontro com o público, nos anos 90 do Século XX, explicava como, sendo homem (sexo masculino), tinha alguma dificuldade em dar voz a personagens femininas (gênero feminino) para que tivessem consistência e credibilidade. Partindo desta opinião, equacionou-se, em *O dragão de fumo*, a problemática do sexo da língua, numa procura pelas marcas sexuais do discurso (Rebelo: 2000). A ficção literária põe, portanto, questões interessantes, já que possibilita que um autor ou uma autora criem personagens dos dois gêneros, que tomem a palavra e a usem na primeira pessoa, havendo uma clara diferença entre o sexo de quem cria e o da personagem (basicamente sem sexo, mas com gênero) que esta assume na escrita. É, por exemplo, o caso de Marguerite Yourcenar em *Mémoires d'Hadrien*. Sendo ela de sexo feminino, dá a palavra a uma personagem histórica masculina e o discurso, escrito na primeira pessoa do singular, é coeso e coerente. Assim, do sexo feminino da realidade extra-linguística (Marguerite Yourcenar) passa para o sexo masculino (Imperador Adriano), ocorrendo esta passagem, esta transferência literária e histórica, através do gênero linguístico masculino. A identidade da autora apaga-se logo no início do romance com o “eu” de Adriano que vai contar a sua vida, confidenciando-se. Este caso ilustra bem que a literatura permite ultrapassar a realidade e recriar determinada visão cultural, recorrendo, para isso à língua. À complexi-

dade das inter-relações realidade — cultura — língua, é viável juntar, então, o mundo ficcionado da literatura, uma realidade linguística diferente da extra-linguística. Na realidade literária, porque recriada, tudo é possível e o binómio sexo — género pode assumir diversas perspectivas.

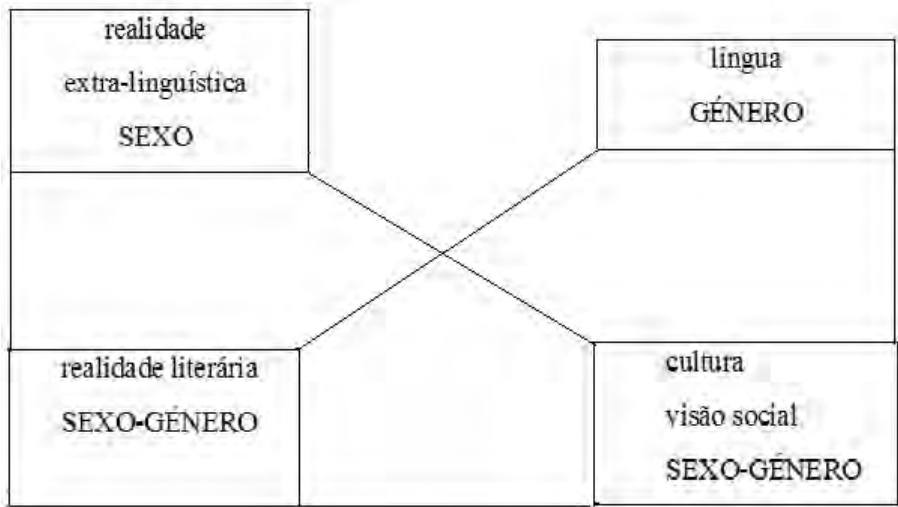


Figura 2: As inter-relações entre realidade, literatura, cultura e língua

Na expansão do texto literário, se se pensar na representação teatral, épocas houve em que os papéis femininos eram desempenhados por homens por aquelas não poderem, socialmente, entrar nas representações. A fusão dos papéis femininos e masculinos dava-se apenas nos actores que os representavam, mas não nos textos teatrais em que a diferença de géneros (personagens femininas e personagens masculinas) se fazia. Além disso, a caracterização, o disfarce, conferia credibilidade à personagem. Esconder a identidade, disfarçando-a ou alterando-a, é uma possibilidade oferecida pela literatura, usando a língua. A passagem de sexo para género opera-se facilmente na literatura, sucedendo o mesmo com a cultura.

4. Síntese em aberto

Abordar, em Português, a questão do binómio sexo — género obriga a reflectir nas relações entre realidade extra-linguística, cultura, literatura e língua para compreender que a prevalência de género sobre sexo é ditada por uma visão cultural específica que se tem afirmado, a das minorias, mesmo se falsamente minoritárias. É o caso das mulheres que são em grande número. Porém, o movimento feminista não lhe é equivalente, já que este movimento é também defendido por homens e combatido por diversas mulheres. É, todavia, inquestionável que o peso progressivo que o feminismo e o movimento homossexual vão ganhando nas culturas ocidentais provoca mudanças linguísticas. Vão surgindo, assim, termos e expressões que vêm designar alguma alteração nos comportamentos sociais e culturais. Dão-se alguns exemplos, entre muitos outros: “barriga de aluguer”, “mãe solteira” (mais frequente do que “pai solteiro”), “monoparentalidade”, “união de facto” “casamento homossexual” ou “gay”. Esta nova terminologia deveria ser estudada linguisticamente, até porque vai acabar por entrar nos dicionários gerais da língua. O leque de novos termos ligados à influência social e cultural está em curso, não se crendo que terminará por aqui.

A par desta terminologia baseada nas opções sexuais dos indivíduos e na força política e económica crescente das mulheres, obrigando a rever, por exemplo, designações de profissões exercidas até há bem pouco tempo apenas por homens (*a bombeira, a militar, a motorista, a mulher polícia* — visto que só “a polícia” remete para a corporação —, *a juíza*, etc.), encontra-se uma (ainda) minoria que defende o “unissexo”, recusando a oposição identitária baseada no masculino e feminino. Esta tendência, sobretudo ocidental, é notória nos comportamentos sociais como a opção pelas roupas, adornos, cortes de cabelos, etc, com uma intenção cultural de apagamento das diferenças entre “sexos”, materializando o género neutro através de uma perspectiva bissexual. Linguisticamente, os morfemas “uni” e “bi”, embora semanticamente diversos, acabam por representar ambos o apagamento da oposição masculino — feminino. Isto leva (quase) à neutralização da identidade dada pela realidade e baseada no sexo, havendo uma valorização da identidade facultada pela cultura, ou seja, a opção da neutralização sexual: nem masculino, nem feminino, devido à fusão. Progressivamente, nesta visão cultural em crescimento nas sociedades ocidentais, deixa

de haver sexo feminino e sexo masculino para contar apenas a opção cultural. A identificação é feita através do género, indo ao ponto de alterar o próprio nome, que representa a identidade linguística máxima do indivíduo. Os nomes das pessoas, meros apetrechos culturais, são a forma mais básica de distinguir o sexo, e o género, dos indivíduos. No entanto, esta progressiva corrente defensora do “unissexo”, embora ainda incipiente, não destrona as actualmente dominantes: a do crescente exacerbamento do feminismo que data da libertação sexual da mulher e a da valorização da homossexualidade.

Estas tendências culturais vão acabar por se reflectir na língua, pressionando para a mudança porque, não sendo visões dominantes, as línguas não as reflectiam. Como ganham peso social e cultural, influenciam a língua para que comporte a sua força (predominância)⁹. A libertação sexual acaba por, de certo modo, “oprimir” a língua para que esta a expresse. As relações entre sexo e língua mantêm-se na actualidade e parecem passar pela força que a teoria do género vai ganhando nas liberais culturas ocidentais. Deste modo, afigura-se que as questões linguísticas, incluindo as de “nomear” e “identificar”, passem pelas mudanças culturais que as sociedades actuais vivem. Assim, para distinguir sexo de género, importará ter em conta a identidade do referente do discurso e a de quem assume a responsabilidade discursiva, já que a língua em si não tem sexo, mas usa o género para identificar a identidade sexual de quem fala, a do receptor, assim como a de para quem se fala. Todavia, terá a língua de reflectir, como se diz actualmente, a “orientação sexual” do indivíduo?

Se se recentrar o tema numa abordagem linguística, constata-se que o assunto é, na raiz, de índole cultural, uma vez que, no binómio sexo e género, as

9. Quanto à questão de hegemonia e de poder, afirma Roland Barthes na sua *Lição*: “É quando adivinhamos que o poder está presente nos mecanismos mais subtis da comunicação social: não apenas no Estado, nas classes, nos grupos, mas ainda nas modas, nas opiniões correntes, nos espectáculos, jogos, desportos, informações, nas relações familiares e privadas e até nas forças libertadoras que tentam contestá-lo: chamo discurso de poder a todo o discurso que engendra culpa e, por conseguinte, a culpabilidade daquele que o ouve. [...] O objecto em que o poder se inscreve é, desde sempre, a linguagem — ou para ser mais preciso, a sua expressão obrigatória: a língua”. Há, no entanto, que ter em conta que o grupo que detém o poder nem sempre é o mesmo e que, por isso, a língua sofrerá a pressão desses grupos ao longo da sua existência, estando em permanente mudança. Portanto, considera-se que a culpa dessa hegemonia não será da língua, mas de quem detém o poder e o exerce.

preferências vão mudando consoante as tendências culturais dominantes nas sociedades contemporâneas. Portanto, esta temática encontra-se em evolução, não estando, de todo, encerrada e isso manifesta-se na própria produção literária que vai surgindo. A presente reflexão alargada sobre a temática em apreço fica, desta forma, também ela, em aberto.

Bibliografia

- BARTHES, Roland. *Lição*. Lisboa: Edições 70, s/d.
- BEAUVOIR, Simone de. *Le deuxième Sexe. Les Faits et les Mythes*, Paris: Gallimard, 1976a.
- BEAUVOIR, Simone de. *Le deuxième Sexe. L'Expérience Vécue*, Paris, Gallimard, 1976b.
- DERRIDA, Jacques. *De la Grammatologie*, Paris: Les Éditions de Minuit, 1972.
- DICIONÁRIO ELETRÔNICO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Rio de Janeiro: Editora Objetiva — Instituto Antônio Houaiss, 2001.
- FOUCAULT, Michel (1966) *Les Mots et les Choses. Une Archéologie des Sciences humaines*. Paris: Gallimard.
- O'ROURKE, Michael. “Que há de tão *queer* na teoria *queer* por-vir?”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 76 (2006): 127-140 [traduzido por João Paulo Moreira].
- PINA, Manuel António. “Ectoplasmas! Analfabetos! Cretinos dos Andes!”. *Notícias Magazine*. 20/09/2009: 82.
- REBELO, Helena. “O Sexo da Linguagem. Breve Estudo Baseado em *O Dragão de Fumo* de João Aguiar”. Almeida E. e Maillard, M. (org.). *O Feminino nas Línguas, Culturas e Literaturas*. Funchal: Centro METAGRAM e Universidade da Madeira, 2000. 359-373.
- “Diz-se ‘a presidente’ ou ‘a presidenta?’”. *Sexta. Tribuna da Madeira*. 2011/01/18: 14-15.
- SAPIR, Edward. *Le Langage. Introduction à l'Étude de la Parole*. Paris: Petite Bibliothèque Payot, 2001.

- SARAIVA, José António. “Dois maridos”. *Sol*. 22/08/2011a. http://sol.sapo.pt/inicio/Opinioao/interior.aspx?content_id=26867&opinioao=Pol%E Dtica%20a%20S%E9rio (29.09.2011).
- “Uma polícia do pensamento”. *Sol*. 05/09/2011b. http://sol.sapo.pt/inicio/Opinioao/interior.aspx?content_id=27768&opinioao=Pol%EDtica%20a%20S%E9rio (29.09.2011).
- VARGAS LLOSA, Mario. *A tia Julia e o Escrevedor*. Lisboa: COFINA, 2008.
- YAGUELLO, Marina. “Le Féminin comme Catégorie biologique, sociale et grammaticale: Étude comparée du Français et de l’Anglais”. Almeida E. e Maillard, M. (org.). *O feminino nas línguas, culturas e literaturas*. Funchal: Centro METAGRAM e Universidade da Madeira, 2000. 443-450.
- YOURCENAR, Marguerite. *Mémoires d’Hadrien*. Paris: Gallimard, 1974.

Nota curricular

Helena Rebelo é professora auxiliar da Universidade da Madeira (Portugal) e faz parte do Centro de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro (Portugal). Integra a equipa do Projecto Internacional *Atlas Multimédia Prosódico do Espaço Românico* (AMPER). Colabora com o Centro de Linguística da Universidade de Lisboa na feitura do *Atlas Linguístico-Etnográfico da Madeira e do Porto Santo* (ALEM-PS). Está ligada a associações relacionadas com a Língua Portuguesa e é vogal da Associação Internacional de Lusitanistas desde 2006, tendo coordenado a realização do IX Congresso e a publicação das respectivas Actas.

Contacto

Centro de Competência de Artes e Humanidades, Campus Universitário da Penteada. 9000-390 Funchal, Portugal. helenreb@uma.pt; <http://comunidade.uma.pt/mhrebelo/>.

AGÁLIA. REVISTA DE ESTUDOS NA CULTURA

ISSN: 1130-3557

DEPÓSITO LEGAL: C-250-1985 (versão papel)

EDITA: Associação Galega da Língua (AGAL)

URL: <http://www.agalia.net>

ENDEREÇO-ELETRÓNICO: revista@agalia.net

ENDEREÇO POSTAL:

Rua Santa Clara nº 21
15704 Santiago de Compostela
(Galiza)

Periodicidade Semestral
(números em junho e dezembro)



www.agalia.net